

# Roberto Simonsen na origem do moderno pensamento social brasileiro \*

---

*Igor Zanoni Constant Carneiro Leão* \*  
*Thiago Luis de Quadros Ramos Pinto* \*\*  
*Newton Gracia da Silva* \*\*\*

## Resumo

Esta é uma introdução ao pensamento desenvolvimentista de Roberto Simonsen, um de nossos primeiros pensadores modernos dos problemas ligados à industrialização e seus aspectos sociais. Simonsen teve uma participação ativa no primeiro governo Vargas como homem público e industrialista, o que o coloca no centro da construção do populismo.

**Palavras-chave:** Pensamento social; Populismo; Industrialização brasileira.

## Abstract

### *Roberto Simonsen at the origins of Brazilian modern social thought*

This essay aims to introduce the developmental ideas of Roberto Simonsen, one of the first modern Brazilian thinkers concerned about the problems of industrialization and its social aspects. Simonsen played a crucial role as a statesman and as an industrialist in the first government of President Getúlio Vargas, therefore being in a central position in the rise of Brazilian populism.

**Keywords:** Social thought; Populism; Brazilian industrialization.

JEL B31.

Este texto é um pequeno ensaio baseado em um conjunto de textos de Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948), um pioneiro da nossa história econômica, homem público e industrialista de sucesso. Nosso propósito, com este ensaio, é introduzir o pensamento industrial e social de Simonsen, ligado a sua figura de político e historiador. Acreditamos que complementará o que a universidade brasileira atual confere como memória e valor ao nosso pensador. Por outro lado, esse pensar precisa ser avaliado, considerando os desenvolvimentistas subsequentes, mas ainda ligados ao grande período populista entre 1930 e 1964, como Celso Furtado.

---

\* Trabalho recebido em 05 de dezembro de 2012 e aprovado em 8 de setembro de 2014.

\* Professor do Departamento de Economia da [UFPR](http://www.ufpr.br) (Universidade Federal do Paraná), Curitiba, PR, Brasil.  
E-mail: [igorzaleao@yahoo.com.br](mailto:igorzaleao@yahoo.com.br).

\*\* Graduado em Economia pelo Departamento de Economia da UFPR. E-mail: [monsatorium@gmail.com](mailto:monsatorium@gmail.com).

\*\*\* Mestre em Políticas Públicas pelo Departamento de Economia da UFPR. E-mail: [gracia.newto@gmail.com](mailto:gracia.newto@gmail.com).

O desenvolvimentismo, segundo Bielschowsky, consiste na ideologia de transformação da sociedade brasileira a partir de um projeto econômico composto de alguns pontos fundamentais:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente (Bielschowsky, 1996, p. 7).

Para o autor, pode-se distinguir no período três correntes desenvolvimentistas. A saber, uma corrente antiliberal e desenvolvimentista favorável ao apoio estatal à acumulação privada e que possuía posições variadas sobre o grau de participação estatal e sobre a participação do capital estrangeiro. O mais importante representante dessa corrente é Roberto Simonsen, destacando-se sua apresentação, em 1944, do projeto de constituição de uma junta nacional de planificação no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, criada por ele, pelo ministro Marcondes Ferraz e San Thiago Dantas, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Outra corrente é de um desenvolvimentismo “não nacionalista” favorável ao apoio estatal à industrialização, porém preferindo soluções privadas nos casos de disputas de inversões estatais. Entre seus representantes encontram-se Horácio Lafer, Lucas Lopes, Valentin Bouças, Ary Torres e o então nacionalista Roberto Campos, que migraria para essa corrente e, já na década de 60, crescentemente, para uma posição liberal. Essa corrente se localizava no setor público.

Uma última corrente compõe-se dos desenvolvimentistas nacionalistas. Os economistas dessa linha de pensamento defendiam inversões estatais em setores estratégicos para o processo de industrialização, como mineração, energia, transporte, telecomunicações e algumas indústrias básicas, opondo-se a políticas de estabilização de preços. Há vários representantes dessa linha, ligados ao primeiro governo Vargas, como Barbosa Carneiro, Horta Barbosa, Macedo Soares, Anápio Gomes e Aldo Franco, cujo pensamento originaria, nos anos 50, o de Rômulo Almeida, Jesus Soares Pereira, Américo Barbosa de Oliveira e Tomás P. Accioly Borges. O grande economista dessa corrente, contudo, foi Celso Furtado, talvez o mais preparado que o Brasil já possuiu.

Há ainda intelectuais e economistas não vinculados às três correntes acima, mas ao Partido Comunista Brasileiro. Esses são ligados ao marxismo da Terceira Internacional e não podem ser considerados desenvolvimentistas, mas mantêm com estes pontos de contato por defenderem a industrialização, a intervenção estatal e um radical nacionalismo. Como se sabe, no interior da corrente socialista, havia também um debate sobre a história e os imperativos do presente no Brasil. Todavia, o grande pensador aqui é Caio Prado Júnior, desenvolvendo um marxismo e propostas políticas originais, a seu ver mais adequados à nossa formação.

Havia também uma corrente liberal, liderada por Eugênio Gudín, o qual manteve notável polêmica sobre o planejamento na economia brasileira com Roberto Simonsen, publicada como *A controvérsia do planejamento na economia brasileira* pelo IPEA em 1977. Ignácio Rangel também marcou presença importante com um pensamento independente das correntes acima na sua análise do desenvolvimento econômico brasileiro, com autodidatismo e percepções apreciáveis sobre inúmeros aspectos desse desenvolvimento.

Contudo, como se poderá ver a seguir, o pensamento de Roberto Simonsen é complexo e merece ser mais bem explorado. Nícia Vilela Luz, no seu célebre *A luta pela industrialização do Brasil* (1975), indica como a inauguração, em 1928, do Centro das Indústrias de São Paulo revelou Roberto Simonsen como líder da classe e do pensamento industrial brasileiro. Nesse momento, Simonsen ressalta o conceito de função social da indústria através do qual procurava reconciliar a indústria com os interesses nacionais e reintegrá-la à nacionalidade brasileira, harmonizando capital e trabalho. A indústria comporta, portanto, responsabilidades sociais e deveres para com a comunidade, sendo, ao mesmo tempo, um negócio da nação e um negócio individual. Seria um crime de lesopatriotismo procurar aniquilar ou combater, sob qualquer forma, a produção do País, embaraçando seu desenvolvimento, promovendo lutas de classes ou tentando criar leis perturbadoras do trabalho (Luz, 1975, baseando-se em Simonsen, 1928). Todavia, antes de 1930, Simonsen já havia se destacado, criando, em 1916, a primeira Junta de Conciliação dos Trabalhadores do Brasil, antes que houvesse uma justiça do trabalho. Em 1919, participa de missão comercial brasileira enviada à Inglaterra e representa o País no Congresso Internacional dos Industriais do Algodão, conforme se pode ler nos trabalhos conduzidos pela CPDOC/Fundação Getúlio Vargas sobre o período. Em 1931, logo após a Grande Crise e a Revolução de 30, Simonsen cria o Instituto de Organização Racional do Trabalho buscando introduzir a administração científica do trabalho no Brasil. Em 1932, ano dos conflitos entre os constitucionalistas paulistas, liderados pela figura de Simonsen, e o Governo Provisório, nosso personagem cria a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, destinada a criar elites no estado com uma compreensão mais acurada da história econômica brasileira e com capacidade de intervenção nos rumos da política nacional.

Nessa Escola, Simonsen oferece um curso que dará origem ao livro *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, trabalho pioneiro indicando, por um lado, o papel da colônia portuguesa do Brasil no nascimento das nações industrializadas modernas e, por outro, vendo a colônia como terreno onde se criaram as condições sociais e econômicas para a consolidação do Império. Simonsen, já no primeiro capítulo, antecipa os propósitos e a conclusão de seu estudo:

Procuraremos determinar, pela evolução comparativa entre os povos, a razão do atraso de nossas atividades econômicas em determinadas épocas e para determinadas regiões. Investigaremos a evolução de nossas instituições econômicas, muitas tomadas de empréstimo a outros povos, e que, por isso, não se adaptaram com vantagem e eficientemente às nossas realidades. Esforçar-nos-emos, enfim, por indagar a origem dos muitos entraves que dificultaram e dificultam a nossa evolução progressista.

A um estudioso sincero de nossas questões econômicas uma conclusão, porém, desde logo se impõe: os povos que hoje se contam na vanguarda do progresso e da civilização libertaram-se, nos tempos modernos, de uma desorganização que os estiolava; e a primeira manifestação de sua força foi a fixação de uma consciência nacional de suas próprias aspirações e necessidades, permitindo-lhes rotas políticas que lhes facilitariam uma mais rápida evolução econômica.

No Brasil, apesar dos esforços dos nossos maiores e do quanto já realizamos em face dos múltiplos fatores adversos, que se nos deparam, ainda não chegamos, no entanto, à inteira formação dessa consciência (Simonsen, 1978, p. 34).

Surge daí o programa da escola recém-criada com a intenção de um diagnóstico de nossa herança colonial e das tarefas do presente dentro de um conjunto de valores que incluem o nacionalismo, o protecionismo industrial, a intervenção do Estado no desenvolvimento, o planejamento econômico e a organização racional da indústria. Partindo de uma visão positivista e evolucionista, o autor pensa em um desenvolvimento nacional marcado, sobretudo, pelo desenvolvimento industrial, que beneficiaria não apenas a nação em seu conjunto, mas também os trabalhadores. Ao mesmo tempo, Simonsen indica que o característico fundamental dos tempos modernos, iniciados com a descoberta do Brasil, é a preponderância do fator econômico. Refere-se a alguns autores brasileiros do passado que se ocuparam de trabalhos sobre a política monetária, as minas do Brasil e a política exterior do Império, como Varnhagen, Capistrano de Abreu, Vieira Souto, Amaro Cavalcanti, Calógeras e alguns outros.

No estrangeiro, Simonsen lembra economistas e historiadores, como Cunningham, na Inglaterra, Schmoller e Knapp, na Alemanha, Fustel de Coulanges, na França, que acentuaram a inter-relação entre história econômica e história política. Tal inter-relação foi destacada sobretudo por Karl Marx, mas sua fase

culminante e contemporânea coube a Sombart em sua obra sobre o capitalismo moderno.

Simonsen aponta ainda para autores que justificam, ou pelo menos incitam, a sua obra. Analisando a questão dos autores que influenciaram seu pensamento, ou que, ao menos, anteciparam algumas de suas posições, Nícia Vilela Luz lista um grande número de autores no Brasil entre 1808 e 1930, vendo Simonsen, no final da década de 1920, como um ápice de sua evolução política e ideológica. Entretanto, ressalta, entre esses antecessores, o ministro da Fazenda do Governo Provisório da República, Rui Barbosa, em uma “Exposição de motivos sobre o decreto de 11 de outubro de 1890 que manda executar a nova tarifa das Alfândegas”. A nascente República, procurando afirmar-se politicamente diante de uma contrarrevolução monárquica baseada na classe dos “senhores de terra”, procura amparar as indústrias e o comércio para fazer deles o apoio necessário ao novo regime. Assim, nessa “Exposição de motivos”, Rui Barbosa afirma:

E releva dizê-lo: o desenvolvimento da indústria não é somente, para o Estado, questão econômica: é, ao mesmo tempo, uma questão política. No regime decaído, todo de exclusivismo e privilégio, a nação com toda sua atividade social pertencia a classes ou famílias dirigentes. Tal sistema não permitia a criação de uma democracia laboriosa e robusta, que pudesse inquietar a bem-aventurança dos posseiros do poder, verdadeira exploração a benefício dos privilegiados. Não se pode ser assim sob o sistema republicano. A República só se consolidará entre nós, sobre alicerces seguros, quando as suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regime, que lhe trará o equilíbrio conveniente (Barbosa apud Luz, 1975, p. 173).

Outra iniciativa, além da nova tarifa alfandegária, consistiu em retirar da moeda nacional seu lastro metálico, permitindo fugir à escassez de numerário e de crédito, bem como aliviar a dívida interna do Brasil, fugir da pressão exercida pelos grandes bancos ingleses na determinação da taxa de câmbio e provocando uma expansão significativa dos negócios. Esse conjunto de medidas está na base do Encilhamento, o qual, ainda que bastante criticado pela especulação bursátil, foi responsável, apesar disso, pelo nascimento de inúmeras indústrias sólidas, consistindo em uma política efetivamente industrialista. Todavia, no governo Campos Salles, o Brasil voltaria ao lastro do ouro, vítima das convicções liberais impostas pela hegemonia inglesa sobre o País (Tannuri, 1981). De modo semelhante, Heitor Ferreira Lima coloca Rui Barbosa entre os três maiores industrialistas brasileiros entre o Império e o primeiro governo Vargas, ao lado do Visconde de Mauá e de Roberto Simonsen (Lima, 1976).

As grandes referências teóricas de nosso personagem são, entretanto, Friedrich List, um dos criadores da Escola Histórica Alemã, e Mihail Manoilescu,

defensores do protecionismo e do intervencionismo estatal na industrialização de países que só podem levá-la à frente fugindo do livre-câmbio e das doutrinas econômicas que amparam a presença econômica e financeira da Grã-Bretanha no mundo. Esses autores serão também retomados pela Comissão Econômica da América Latina (Cepal), bem como por desenvolvimentistas da década de 1950. List, em particular, é várias vezes lembrado ao longo dos textos de Simonsen no seguinte contexto de seu pensamento:

De maneira sintética, Roberto Simonsen entendia que enquanto persistisse a divisão do trabalho na qual cabia aos países latino-americanos o papel de exportador de produtos primários, jamais deixaríamos de ocupar a posição de periferia do mundo. Isto porque tal modelo não trazia o desenvolvimento, mas aumentava a pobreza e a baixa produtividade e impedia a expansão do capitalismo, alimentando a luta de classes.

Neste quadro, o caminho a ser seguido seria o da industrialização, que de uma só vez conseguiria racionalizar o trabalho e aumentar a produção, consequentemente aumentando os ganhos da classe operária, que por sua vez teria ampliado seu poder de compra e, daí em diante, o ciclo do capitalismo se desenvolveria, não espontaneamente mas como planejamento do Estado, a fim de não permitir desequilíbrios e de explorar de maneira mais racional as forças de produção (Freitas Júnior, 2013).

Entre outros textos, na sua polêmica com Eugênio Gudín sobre o planejamento na economia brasileira, assim como a Escola Histórica Alemã, Simonsen se utiliza de grande material histórico para ressaltar a importância do protecionismo e da intervenção estatal na industrialização e no enfrentamento de crises, usando exemplos retirados das experiências americana, soviética e outras (Simonsen, 1977).

Procura-se, a seguir, traçar o contorno geral do seu pensamento, ou sua “matriz teórica”, utilizando especialmente os textos, antes pouco acessíveis, constantes na coletânea que Edgar Carone publicou como *Evolução Industrial do Brasil* e outros estudos (Simonsen, 1973), que aqui não serão denominados um a um.

Simonsen resumia, nesses textos, os fatores que impulsionam a industrialização, vendo-os como parte e fruto do mecanismo econômico e social do regime imperante no Brasil e no mundo. De forma breve, nos últimos anos do século XIX, iniciou-se uma grande imigração de colonos europeus para as zonas cafeeiras do País, colonos que se dirigiram às cidades no princípio do século XX com a superprodução cafeeira. A abolição da escravatura, em 1888, a maior imigração de colonos europeus e a grande cultura cafeeira conformaram um mercado interno de certa importância para os produtos industriais. A construção de usinas elétricas em São Paulo e no então Distrito Federal gerou energia acessível, a qual, juntamente com o progresso e o barateamento das máquinas operatrizes, permitiu o

estabelecimento de indústrias médias de transformação, especialmente naqueles dois centros. Soma-se a esses fatores, a melhoria dos meios de transporte pela construção de rodovias e ferrovias. As exportações brasileiras de produtos agrícolas eram incapazes de gerar poder aquisitivo externo suficiente para pagar as mercadorias industriais para o consumo interno, resultando numa baixa no câmbio que refletia o desequilíbrio provocado por uma população que crescia e se civilizava continuamente, mas que não dispunha de meios de pagamento no exterior. A depressão cambial torna-se, a partir daí, um forte incentivo para o desenvolvimento industrial.

A esses fatores devem se somar as dificuldades enfrentadas em decorrência das duas guerras mundiais, as quais, impedindo a importações de artigos manufaturados, protegeram a produção industrial do País, expandindo a parte fabril, especialmente em São Paulo. O autor observa datas de formação das empresas, capital avaliado, cavalos-vapor utilizados, empresas geradas e produção global desde 1889 até o curso de 1940, verificando um surto industrial entre o famoso recenseamento da Bandeira, em 1907, e o primeiro recenseamento Geral da República, em 1920, o crescimento da energia utilizada e a progressiva concentração em São Paulo. Essa tendência se mantém no início da Segunda Guerra Mundial, seguindo o recenseamento de 1940, observando ainda uma diversificação setorial que atinge bens de consumo corrente e o núcleo de bens duráveis e bens de capital. Durante a última Grande Guerra, o País conclui o primeiro grande período de sua industrialização. Esse é o quadro no qual se desenvolve o pensamento do nosso autor.

Já em 1928, quando se traçam orientações para o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, do qual foi um dos fundadores, Simonsen adverte que, apesar da considerável importância da cultura da terra, a independência econômica de uma grande nação, seu prestígio e atuação política no mundo dependem da formação de um parque industrial eficiente.

Como deputado federal, em 11 de setembro de 1935, colocava, assim, o problema:

E a conclusão que se me depara é a de que, racionalizada a nossa produção agrícola, devemos seguir, no que concerne às indústrias, uma política abertamente protecionista. Temos que fomentar a criação de indústrias basilares à nossa economia e segurança. Na entrosagem das relações econômicas do exterior, não há dúvida de que não podemos, com nossos produtos tropicais, garantir, de modo permanente, uma importação cujo consumo cresce em proporção geométrica com a civilização do povo, que demanda urgentemente uma elevação em seu padrão de vida. [...] Se nos ativermos a uma política econômica dúbia, mesmo assim o nosso parque industrial crescerá, irregularmente, é verdade, à sombra da desvalorização de nossa moeda. Esta se desvaloriza forçosamente, pelo desequilíbrio do balanço

das contas, porque um povo civilizado não pode viver sem determinados produtos e não temos a possibilidade de importar mercadorias suficientes em artigos industriais. (Simonsen apud Lima, 1976, p. 164).

Em 1937, como membro do Conselho Federal de Comércio Exterior, um dos mais importantes órgãos econômicos do primeiro período Vargas, Simonsen enfatiza os pontos acima:

O dilema que se apresenta inexorável aos nossos olhos é o seguinte: ou produziremos, dentro de nossas fronteiras, 80% do que carecemos para elevar o padrão da vida média do país, reservando o poder aquisitivo externo, oriundo das nossas exportações, para aquisição de artigos necessários ao nosso aparelhamento defensivo e econômico, e de produtos de indústrias especializadas, ou estaremos condenados a um crescente estado de pobreza, nos aniquilando em esforços inúteis e em recíprocas e vãs incompreensões (Simonsen apud Lima, 1976, p. 165).

Uma vez que, como é consensual, Getúlio Vargas busca a industrialização desde seus primeiros tempos como chefe da nação, Roberto C. Simonsen pode ser visto como um dos grandes pensadores do primeiro período varguista. Ao mesmo tempo, é patente que o autor propõe, desde 1930, um projeto que será depois conhecido como “substituição de importações”. Sua análise também será retomada por autores como Celso Furtado (1920-2004), em especial em *Formação Econômica do Brasil* (1975), mas também ao longo dos primeiros volumes de sua grande obra. A importância dada por Celso Furtado e outros economistas brasileiros e latino-americanos à planificação econômica é exemplarmente antecipada por Simonsen na seguinte passagem:

A parte nuclear de um programa dessa natureza, a planificação da economia brasileira, visando à elevação da renda nacional a um nível suficiente para atender aos imperativos da nacionalidade, tende a ser construída pela industrialização. Essa industrialização não se separa, porém, da intensificação e aperfeiçoamento da nossa produção agrícola, a que ela está visceralmente vinculada. De fato, em um país como o nosso, serão as indústrias mais intimamente ligadas às atividades agropecuárias as que usufruirão mais favoráveis condições de estabilidade e desenvolvimento. Dependerá ainda, essa industrialização, da intensificação e do aperfeiçoamento dos transportes, e dos processos de distribuição e comércio. A planificação do fortalecimento econômico nacional deve, assim, abranger, por igual, o trato dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, como os sociais e econômicos, de ordem geral [...]. As maiores verbas da planificação seriam, sem dúvida, realizadas na eletrificação do país, na mobilização de suas várias fontes de combustíveis e na organização de seus equipamentos de transportes. Abrangeria o programa a criação de moderna agricultura de alimentação e a promoção de meios apropriados da nossa produção agrícola em geral. Seriam criadas indústrias-

chave, metalúrgicas e químicas, capazes de garantir uma produção autossuficiente ao novo parque industrial e a sua necessária sobrevivência na economia internacional (Simonsen, 1973, p. 304).

Lembre-se, sobre a citação acima, que Simonsen foi destacado defensor da busca de fontes de petróleo no País; um pioneiro ao lado de seu amigo Rômulo de Almeida e de Monteiro Lobato. Em segundo lugar, percebe-se com clareza como Simonsen articula a coalizão rumo às indústrias pesadas, com a usina de Volta Redonda, fundada em 1942, e com a dinamização das atividades agropecuárias e do comércio exterior. Fica aí denotada sua ideologia estatizante, que ele chama claramente de intervencionismo do Estado, como financiador e agente de uma diplomacia que garantisse, através, por exemplo, do Plano Marshall, o aparelhamento e equipamentos a serem importados. Simonsen não pensa no investimento externo, mas apela aos Estados Unidos, como fez Vargas, para auxílio no aprofundamento da nossa industrialização:

[...] ao invés de servilmente copiarmos os modelos estranhos, com a preocupação de implantar aqui a grande indústria, sem corrigir seus inconvenientes, aproveitemos apenas os seus ensinamentos técnicos, e adotemos os necessários corretivos de ordem prática e social, para evitar a transplantação correlata de males verificados alhures do super capitalismo industrial, desenvolvido ao sabor da lei do domínio do mais forte (Simonsen, 1973, p. 320).

Simonsen destacava também o desenvolvimento de pequenas e médias indústrias, especialmente nos mercados protegidos pela distância do centro fabril do País, e um planejamento que pudesse nacionalizar, racionalizar e obter cooperação das várias fábricas. Sua posição face ao Estado é ainda mais ousada: “O tipo da grande empresa, servida por super máquinas, seria reservado para indústrias basilares e aí se justificaria, a par de uma necessária emulação, um maior controle do Estado, para evitar os malefícios decorrentes do excesso de poder econômico em poder de poucos” (Simonsen, 1973, p. 320).

Observa-se que Simonsen é defensor de uma ideologia desenvolvimentista centrada, mas não de modo exclusivo, na indústria e no setor privado, mas sem excluir a participação estatal no planejamento, na articulação com a ajuda financeira externa e no controle das indústrias de base.

As considerações acima podem ser encontradas ao longo de toda a coletânea, na qual Simonsen sublinha a importância da política econômica varguista para o crescimento industrial. Assim, Simonsen começa por apontar as dificuldades para ampliar a indústria, dadas as políticas econômicas internacionais durante a Grande Crise que diminuíram a contribuição de capitais estrangeiros. Mas esse quadro é, em parte, contornado pela desvalorização da taxa de câmbio e o crescimento da população que se vai educando. Internamente, até 1934, a maior dificuldade para a

expansão industrial era a ausência de uma política nitidamente protecionista, o que foi tentado, a partir de 1934, com a Tarifa Oswaldo Aranha. Essa buscava preservar as rendas aduaneiras diante do declínio dos preços, mas foi erroneamente aplicada quando os preços internacionais estavam em recuperação, além de suprimir a taxa-ouro que assegurava o reajuste automático do valor real dos preços (Silva, 2014, p. 5).

Em 1938, a indústria nacional já produzia o equivalente às exportações agrícolas ao mesmo tempo em que declinavam ou se estabilizavam as importações de matérias-primas estrangeiras. A indústria, por outro lado, vai permitindo um entrelaçamento entre as várias regiões econômicas do País, nucleado por São Paulo, pois muitos estados passaram a desenvolver atividades industriais, além de maior volume de matérias-primas e alimentos, embora isso não significasse um sistema de exploração dessas regiões por esse estado. O Brasil ainda permanecia um país cuja população denotava pobreza, mas possuía um enorme mercado em expansão, desde que houvesse uma política econômica adequada e um espaço da nação.

Outro obstáculo a ser contornado era a oferta inadequada de energia elétrica, que ia sendo superada por empresas como a *Rio e São Paulo Tramway, Light and Power* e pela criação, por vários estados, de usinas geradoras. O problema da energia motora era sua distribuição, ainda dependente do sucesso das possibilidades de extração de petróleo, enfrentada pela criação do Conselho Nacional de Petróleo, bem como da melhoria contínua do aproveitamento dos carvões pobres do Sul.

Após analisar o potencial de nascimento de diversos ramos industriais, como o têxtil e o siderúrgico, Simonsen nota que, do lado do trabalho, o País criou, sob o regime Vargas, um grande painel de direitos sociais. Entretanto, o autor vê uma desarmonia entre o excesso de novos direitos sociais e as deficiências de medidas estimulantes de produção:

Esses encargos sociais representam, até hoje, para o empregador, um ônus superior a 10% da folha de salários efetivamente pagos durante um ano. Além dessa lapidação trabalhista devemos mencionar ainda as preocupações oriundas das novas modificações das leis fiscais, ditadas pelas necessidades do tesouro público e pela evolução produtiva do país. Os encargos de ordem material têm sido suportados pela indústria, já estabelecida, graças à compensação relativa que lhe tem sido proporcionada com a contínua depressão do valor internacional de nossa moeda (Simonsen, 1973, p. 45).

Além da legislação trabalhista, pode-se notar, como característica do brasileiro, bom senso, espírito conservador e amor à terra natal. Isso pode corrigir um antigo apelo ao bacharelismo e às novidades jurídicas e incrementar a oferta de maiores iniciativas no terreno econômico. Todavia, o nível dos salários ainda era muito baixo, além de desigual, de acordo com as regiões do País. Os salários em compensação parcial já não eram comprimidos nas regiões de grande

empobrecimento. Para Simonsen, essas considerações são relevantes, pois a independência econômica de uma nação depende de seu desenvolvimento industrial ao lado do agrícola<sup>1</sup>.

Apesar dos baixos salários, no Brasil não existia vida cara, mas um índice de população baixo em relação à extensão do território. No mesmo sentido, o encarecimento dos produtos importados não decorria do protecionismo, mas do aviltamento da moeda, uma vez que o País adotava um protecionismo fiscal, mas não um “sábio” protecionismo industrial: “Se, ao invés do protecionismo fiscal, tivéssemos adotado um sadio protecionismo industrial, as nossas indústrias estariam hoje muito mais desenvolvidas, o padrão de vida bem superior ao nível atual e a nossa moeda bem menos desvalorizada” (Simonsen, 1973, p. 78).

Para o autor, o segredo da manutenção do poder aquisitivo da moeda – não obstante a baixa do câmbio – repousa na produção industrial e na redução da remessa de serviço de empréstimos externos. Nesse ponto, Simonsen declara-se contra o liberalismo da Escola de Manchester do século XIX tratando-se do Brasil. Esse argumento o coloca próximo da Escola Histórica Alemã, como se observou antes, que também inspirou as posições da Cepal em sua primeira fase e o próprio Furtado.

Mais do que isso, a superação da fase colonial da economia visava o fortalecimento dos mercados internos e os intercâmbios dentro de nossas fronteiras antes que a acordos comerciais menos favoráveis. A agricultura deveria ser o maior esteio do parque industrial, porque a industrialização proporcionaria mercados amplos às nossas matérias-primas vegetais, minerais e animais.

Do ponto de vista do câmbio, Simonsen enfatiza diversas vezes que:

Os fatos observados no setor econômico mundial fizeram com que gerássemos, principalmente em relação a países como o nosso, o fetichismo da moeda: entre a moeda e a produção, ficamos, irrestritamente, ao lado da produção. A proeminência da defesa da moeda cabe aos países fortemente capitalistas (Simonsen, 1973, p. 88).

Todos os pontos acima são lembrados na participação de Roberto Simonsen no Congresso Nacional da Indústria: a exigência de planificação econômica, dada a deficiente evolução econômica do Brasil diante das necessidades da população; o intervencionismo do Estado, no sentido de aumentar sua influência, criando condições que assegurassem a permanência do desenvolvimento das atividades privadas, que é a essência da propriedade da nação; o necessário desenvolvimento das indústrias de base; a mão de obra concebida como fator humano na execução do

---

(1) Todavia, como sabemos, a influência varguista será menos pronunciada dada sua dificuldade política de tratar com as chamadas “oligarquias” rurais, e o problema da oferta de alimentos será sempre um dos pontos de estrangulamento e de influência sobre os preços na evolução econômica do País, como mostram as obras da Comissão Econômica da América Latina (Cepal) e diversos estudos posteriores.

trabalho industrial, que torna necessários os processos de orientação e seleção profissional, o aumento do número de engenheiros industriais e outras proposições (Simonsen, 1973, p. 102).

Em outro texto, Simonsen realça a visita da Missão Técnica Norte-Americana ao Brasil em 1942 e assinala os pontos de maior fraqueza do Brasil industrial: “[...] 1) a dependência da importação de petróleo que utilizamos em larga escala, em motores industriais, em automóveis e até iluminação; 2) a importação de carvão mineral para os transportes e motores industriais; 3) a carência de materiais especiais e equipamentos para novos empreendimentos e conservação dos existentes” (Simonsen, 1973, p. 204).

Destaca ainda, entre seus últimos textos, o fato de que o programa da Comissão Econômica, que elaborou o Plano Marshall, não tivesse sido planejado para ser enquadrado dentro de um plano mundial, impondo à América Latina esforço exportador semelhante ao da Guerra, sem impactos positivos para nossa indústria, bem como estimulando a inflação. Esse quadro impõe que:

As nações latino-americanas devem pleitear que sejam atendidas, no Plano Marshall, as suas legítimas aspirações, para que a valorização do homem latino-americano seja propugnada simultaneamente com o soerguimento econômico do homem europeu, a quem rendemos o nosso preito de admiração pelas suas tradições de cultura e civilização democrática e cristã que marcadamente formaram as instituições políticas, sociais e culturais da América Latina (Simonsen, 1973, p. 342).

Em outro texto, defende um direito internacional capaz de promover efetiva cooperação entre os países industrializados e o restante da economia mundial. (Simonsen, 1973, p. 343).

No campo social, é importante mencionar também que Simonsen lutou na Revolução Constitucionalista de 1932, sendo inclusive preso, mostrando um espírito antifascista ao condenar um corporativismo semelhante ao italiano no Brasil, mas aplaude a cassação dos parlamentares ligados ao Partido Comunista do Brasil em 1946, e assenta seu pensamento na doutrina social da Igreja. Leia-se, por exemplo:

Quando Karl Marx observou as lutas de classe na Inglaterra, perduravam, incontestavelmente, há muito tempo, ásperas condições de comando patronal. E não obstante a concentração científica de que procura lançar mão e a sua fulgente inteligência, deixou-se ele influenciar pelas impressões dominantes de ambientes em que vive, vindo, assim, a construir sua doutrina com dados nitidamente circunstanciais. Não é admissível que possa haver exploração do homem pelo homem. Justiça e liberdade são conceitos que se irmanam e completam. A possibilidade de coação econômica tende a desaparecer em função das afirmações da justiça social, que se inspira numa perfeita

conciliação de meios e fins, nos sustenta princípios da moral cristã (Simonsen, 1973, p. 458).

Esse líder industrial, tão central nos primórdios do desenvolvimentismo, ainda no primeiro governo Vargas, prefere uma linha de conciliação entre classes, do que dão exemplo, entre outros, suas propostas de adoção do que mais tarde seria chamado de “fordismo”, no Brasil, baseado nos princípios de gerência científica e na distribuição entre capitalistas e trabalhadores dos frutos da intensificação do trabalho. Outros exemplos são a criação, por Simonsen, do Serviço Nacional da Indústria e do Serviço Social da Indústria.

Para viabilizar esse desiderato, o autor supõe que possa ser negociado um financiamento com os Estados Unidos, que representaria menos de 0,2% da renda nacional daquele país, ao mesmo tempo em que o intervencionismo estatal não deveria deixar de aproveitar ao máximo a iniciativa privada. Assim conclui-se a primeira parte da controvérsia sobre o planejamento. Nela, percebe-se o maior industrial brasileiro à época pensando na equiparação do Brasil aos padrões da civilização material conquistada pelos Estados Unidos, bem como em sua conquista de forma massiva, pois lamenta as disparidades de renda observadas no País. Essa conquista se dá pela ação planejadora do Estado que, sobretudo, induz e corrige a ação da iniciativa privada. O setor estratégico aí é a indústria, notadamente a de base, mas Simonsen insiste na modernização agrícola e nas deficiências de infraestrutura já apontadas pela Missão Cooke. De passagem, ele pensa em financiamento norte-americano, o que era comum à época, mirando-se no exemplo da reconstrução europeia, mas nesse aspecto, mostra-se demasiado otimista.

Todavia, algumas de suas posições serão por ele melhor esclarecidas adiante no debate. A primeira delas reside na constatação da intervenção pública há muito no País com a Nova República e com o Estado Novo, lamentando, todavia, a ausência de um planejamento mais abrangente e harmônico sob controle efetivo da comunidade. Nesse sentido, trata-se de um autor afinado com os ventos democráticos do pós-guerra.

Também, no Primeiro Congresso Brasileiro da Indústria, em 1943, o autor volta a esses temas, uma vez que teve participação importante como presidente de uma comissão técnica voltada para a agricultura e a indústria. Assim, defende o papel da agricultura na emancipação econômica do País, propõe a elevação da oferta de energia hidroelétrica com o aproveitamento da Cachoeira de Paulo Afonso, melhor aproveitamento do Vale Amazônico, bem como a defesa da pequena e média empresa. Ao mesmo tempo, mostra a importância do aumento real da produção e do fortalecimento do protecionismo aduaneiro como formas de intensificar o comércio com outras nações e seus reflexos sobre a renda nacional. Também procura defender o investimento privado e o investimento estrangeiro, realçando o reajustamento dos capitais das empresas a seus valores reais e a supressão de taxas sobre os lucros

reinvestidos. Não esquece, ainda, o ensino universitário e técnico, ao lado do humanístico, na formação de quadros para o comércio, bancos, indústria e administração, ao lado de especialistas da ciência e da técnica. Tampouco esquece suas antigas preocupações com a assistência ao trabalhador (Simonsen, 1943 apud Carone, 1977).

Além dos textos examinados, é preciso lembrar a polêmica que Simonsen manteve com o liberal Eugênio Gudín em 1945, momento muito significativo de sua vida. O autor parte da observação de que a Guerra havia trazido grande incremento de preços a muitos produtos primários minerais e vegetais, mas que o pós-guerra teria de enfrentar esse enriquecimento ilusório com maior eficiência econômica e política. Em segundo lugar, apoiando-se nos resultados da Missão Cooke, Simonsen afirma: “A industrialização do país, sábia e cientificamente conduzida, com um melhor aproveitamento de seus recursos naturais, é o melhor meio que a Missão aponta para alcançar o progresso desejado por todos” (Simonsen, 1977, p. 26). Seguem-se algumas recomendações da Missão para o reaparelhamento industrial, como a necessidade de superar nossa dependência de importações de petróleo, carvão mineral, metais especiais e equipamentos, e considerações a respeito, reiterando as conclusões da Missão. O autor resume sua argumentação: “A prevalecerem os processos do século XIX, o desenvolvimento industrial do país teria de ser limitado” (Simonsen, 1977, p. 28).

Contudo, nota o autor, a apreciação da evolução econômica do País nos últimos cinco anos revela progresso em vários ramos da indústria de transformação. A economia industrial beneficiou-se, sobretudo no período da guerra, de cometimentos realizados pelo governo federal, notando-se grande deficiência em inúmeros setores privados, o que teria levado à inflação, à falta de moradias e à aplicações improdutivas urbanas. Enquanto os Estados Unidos vinham criando organizações públicas e privadas para pesquisas e esclarecimento do público, abrangendo engenharia e construções, problemas judaicos, questões trabalhistas e legislativas, obras públicas e transportes, visando ao pós-guerra e buscando o pleno-emprego, o período 1939-1943 pôs às claras as nossas fraquezas na estruturação econômica.

Havia a evidente necessidade de aumentar o padrão de vida de nossa população, pois, mesmo em São Paulo, que possuía um consumo per capita três vezes maior que o nacional, notavam-se regiões empobrecidas com pequeno progresso material. Assim, afirma: “Não podemos, porém, nos quedar indiferentes ante esse vital problema brasileiro: a quadruplicação da renda nacional, dentro do menor prazo possível” (Simonsen, 1977, p. 32).

A conclusão se impõe para Simonsen: a planificação da economia como forma de superar a pobreza brasileira, abrangendo a criação de uma agricultura

moderna de alimentação, de indústrias-chave, metalúrgicas e químicas, montagem de novas escolas de engenharia, vulgarização de institutos de pesquisas tecnológicas, industriais e agrícolas, intensificação do ensino profissional. Ao mesmo tempo, impõem-se a criação de adequado sistema de financiamento e uma política de imigração de técnicos e operários eficientes.

Reformista e nacionalista, Simonsen nunca deixou de ser admirado e respeitado por autores de esquerda. Outros, como Furtado, tomaram sua obra como marco seminal para suas colocações teóricas e militância política. A relação entre Simonsen e Furtado tem um lado conhecido no uso de dados sobre a economia colonial, que o primeiro pesquisou e expôs em sua *História Econômica do Brasil*, escrita em 1932, e que Furtado usou abundantemente em *Formação Econômica do Brasil*, de 1959, seu maior livro e seguramente um clássico das ciências sociais brasileiras. Furtado, aí, substitui dados sem maior uso teórico por parte de Simonsen por uma teoria fecunda na explicação dos ciclos da economia colonial centrada no conceito de fluxo de renda.

Esse conceito, criado por Furtado e exposto já em seus primeiros livros, indica como, dadas certa inserção internacional e certa distribuição de renda, uma renda como a das exportações ou de qualquer gasto autônomo, como o investimento, origina outros gastos na estrutura econômica do país e cria mercados para uma produção nacional. É um conceito bastante aproximado ao conhecido multiplicador de investimento de Keynes e Kalecki, mas não idêntico, já que a ênfase recai na possibilidade de uma demanda derivada dar ensejo a novas produções no interior do país.

A renda derivada de exportações se resolve em importações na economia do açúcar nordestina no início da colonização, e o fluxo de renda não ocorre como mecanismo dinamizador e diferenciador de atividades. Na economia mineira, por outro lado, dada sua maior distribuição de renda e menor heterogeneidade social, o fluxo de renda é capaz de articular diferentes regiões do Brasil e dar ensejo a uma indústria que não se implanta devido à ignorância do colono português ou à proibição de indústrias na colônia sob D. Maria I. Furtado dá, assim, uma leitura que explica melhor o desenvolvimento da colônia, e esclarece, também de modo original, a dinâmica do complexo cafeeiro formado no século XIX no Sudeste e sua transformação de complexo escravista em assalariado. Com este, a produção se diversifica; surge uma camada de indústrias de consumo e, após a Proclamação da República, um embrião de indústrias de bens de capital leves (Furtado, 1974).

Observe-se neste ponto do texto que, embora Roberto Simonsen seja bem conhecido como industrialista e historiador, seu pensamento social é menos examinado. Os problemas sociais do Brasil se inserem na reconstrução da economia

e da sociedade nacional e se revelam principalmente na forma de uma “questão operária”.

Examinando o conjunto de textos de Simonsen, percebe-se uma preocupação com a solidariedade entre a classe patronal e a população. Assim, durante uma epidemia Simonsen louva a colaboração entre patrões e empregados para combatê-la, concluindo:

Vede o que podemos obter pelo entendimento e pela ação comum inspirada num espírito de solidariedade e de paz que deve imperar sobre os seres humanos. E agindo com este pensamento, sempre unidos, contribuamos para evitar a todo transe que sejam trazidas para o nosso Brasil as lutas de classe, as organizações artificiais, a verdadeira noção de liberdade, que foram, em grande parte, as causas dessa campanha sangrenta que custou milhões de vidas de nossos semelhantes (Simonsen, 1973, p. 428).

Simonsen mostra-se, portanto, um ardente anticomunista, pregando a colaboração entre a classe patronal e a classe operária como forma de reconstruir a sociedade brasileira.

Em outra oportunidade, Simonsen refere-se à fixação do salário mínimo precedida por um senso de salários mínimos nos vinte estados federados, no Distrito Federal e no conjunto do País, mostrando o “escrúpulo, seriedade e competência” que nortearam os serviços de investigação prévios à instituição do salário mínimo legal. O nosso personagem profere, nesse contexto, um discurso na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, que ajudou a criar, quando esta recebe mapas e gráficos que integraram o pavilhão do Ministério do Trabalho na Feira Nacional das Indústrias. Como Simonsen passa a maior parte de sua vida ativa no primeiro governo Vargas, percebe-se a articulação entre as entidades de classe e o Estado. Esse é outro aspecto do seu pensamento que poderíamos chamar de um corporativismo sem alcançar o fascismo, ou seja, uma sociedade orgânica, permeada pelo poder do Estado.

Na mesma oportunidade, nosso autor é enfático ao afirmar que a legislação sobre o salário mínimo foi implantada com acentuado critério científico e alto senso de objetividade. Essa é sua opinião, embora ele não a esclareça de todo. Uma parte desse esclarecimento vem quando afirma que a legislação do salário mínimo veio corrigir compressões e erros de distribuição em setores da produção brasileira:

Daí a minha convicção de que a lei do salário mínimo, pelo aparelhamento que criou, age muito mais como benéfico órgão indicador dos índices das riquezas nacionais e, portanto, orientador das províncias que se tornam necessárias à defesa da economia nacional, do que propriamente como agente de uma melhor distribuição do rendimento nacional (Simonsen, 1973, p. 430).

Esse realismo é enfatizado pelo fato de o material de pesquisas colhido pelo Ministério do Trabalho permitir averiguar uma acentuada pobreza em muitas regiões e numerosas populações do País. A preocupação com a pobreza e suas relações com as leis trabalhistas, mesmo que estas incidissem sobre o seletivo grupo de portadores de carteira de trabalho, está presente em Simonsen.

As medidas para o aumento em larga escala dos recursos dessas regiões e das populações pobres são muito mais próximas da órbita econômica do que da órbita social propriamente dita. Por isso as pesquisas para a fixação do salário mínimo poderiam ajudar a equacionar uma alta mais rápida do nível geral da vida dos brasileiros. Novamente, nota-se aqui uma articulação entre questões sociais e econômicas, com preeminência destas últimas. Por isso mesmo, a indústria nacional tem uma importante função no enriquecimento do País. Sua expansão, contudo, era vista como dependente do enriquecimento dos mercados internos, o que faria com que o surto industrial e o enriquecimento das populações brasileiras se entrosassem de modo absoluto, conjugando-se em benefício do progresso do País (Simonsen, 1973, p. 431).

Em discurso em nome das classes patronais do estado de São Paulo para aclamar o surgimento de uma obra sobre o direito social brasileiro, Simonsen revela ter a mesma preocupação que o autor da mesma, ou seja, “[...] da pesquisa da verdade e da consecução do ideal para que se processe, no país, a evolução social, condicionada aos interesses do bem comum, do amor à coletividade e de valorização do nosso homem” (Simonsen, 1973, p. 433). Realça, ainda, a necessidade de entendimento para se obter o equilíbrio da vida nacional:

As preocupações patronais dividem-se, entre nós, entre a solução dos problemas econômicos e dos problemas sociais. Para que não se dispersem esforços, para que a nossa evolução se processe com a máxima segurança e eficiência, faz-se mister que se divulgue, cada vez mais, a boa doutrina do direito social (Simonsen, 1973, p. 431).

Tem interesse a circunstância de a maior parte desses discursos ter sido proferida durante o Estado Novo, período no qual o autor pertence ao Conselho de Expansão Econômica do Estado de São Paulo (1938-1941), ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo etc. Um pouco antes, o autor participa da mobilização industrial paulista durante a revolta de 1932; elege-se deputado pela Assembleia Nacional Constituinte, em 1934, e exerce o cargo até 1937, quando é cassado. Ainda nesse período, preside o Instituto de Engenharia de São Paulo (1933-1934) e a Confederação Industrial do Brasil (1935-1936). No final da Guerra, Simonsen se mostrará um tenaz combatente do comunismo e, como senador eleito em 1946, apoia a cassação dos mandatos

comunistas em 1947. Assim, a preocupação social se desenvolve no interior de um homem do regime, apesar das vicissitudes que enfrenta.

Um aspecto importante é que o pós-guerra trouxe, entre suas consequências, no ver de Simonsen, a necessidade da organização do trabalho:

Há bastante tempo que me domina e preocupa esse problema da organização industrial – a organização científica como a denominam os norte-americanos e que está sendo adotada sofregamente pelos países mais adiantados em todos os ramos de sua atividade, e que visa, em síntese: a máxima economia na produção pela realização da máxima eficiência (Simonsen, 1973, p. 436).

Nos Estados Unidos, nota o autor, as empresas mais bem organizadas, isto é, as que conseguem produzir mais barato, são as que pagam os mais altos salários, o que motiva a advertência: “Lembra-vos, porém, de que a melhoria das vossas condições, o vosso futuro, o vosso bem-estar, a vossa tranquilidade só podem repousar no trabalho produtivo e organizado!” (Simonsen, 1973, p. 437).

Simonsen, aí, revela-se um adepto das ideias de Taylor e Fayol e da sua gerência científica, predominante no pós-guerra, que intensificaria ainda mais o trabalho industrial cuja maior produtividade seria repartida entre trabalhadores e o capital. O industrial defende, sobretudo, seus próprios interesses, que confunde com os interesses dos trabalhadores e da nação, mas está rigorosamente em compasso com o seu tempo.

Assim, para o industrial, a indústria moderna obriga a que se considere o descontentamento do operário e que se proporcione a justa remuneração do trabalho. Esse objetivo pode ser alcançado sem antagonismos violentos desde que se promova, inteligentemente, a cordial operação dos empregados, interessando-os na produção. Para que os operários não busquem remédios para o seu mal-estar em conquistas políticas perturbadoras da produção, deve-se buscar uma forma adequada de remuneração do trabalho:

Essa evitação seria conseguida pela justa paga do verdadeiro rendimento do trabalho – estabelecida de modo a premiar com equidade o esforço pessoal e as desigualdades fatais da produtividade de um homem para outro. Teríamos deste modo individualizado o operário, interessando-o diretamente na produção, tornando-o um fator crescente da riqueza e incorporando-o na sociedade, por meios econômicos, já que dela foi afastado por erros econômicos (Simonsen, 1973, p. 439).

Contra a desarmonia e o emprego de força nas questões entre o Trabalho e o Capital, deve-se inserir adequados tribunais arbitrais e um sistema de salários baseado na eficiência ganha com o taylorismo. Essa é uma parte importante da matriz ideológica do autor. Este afirma ainda que:

Somente a forma científica de administrar e retribuir o trabalho, para que se beneficiem lealmente as duas classes, é que deixará de promover as ações e reações inevitáveis nos velhos sistemas, colocando ambas as partes em íntima cooperação em prol dos seus legítimos interesses (Simonsen, 1973, p. 440).

Há toda uma discussão do autor sobre os sistemas de remuneração do trabalho, especialmente o do jornal e o da tarefa. Ambos se acham inadequados:

O primeiro, o do jornal, é em absoluto condenável na maioria dos casos, por quanto não toma em conta o rendimento do trabalho, concorre para uma fraca produtividade, não estimula o trabalho, não individualiza o operário. O segundo, o da tarefa, usado com relativo sucesso econômico por várias empresas, tem sido infelizmente a causa de grandes discordâncias entre as duas classes, e hoje já não contribui para a produtividade desejada (Simonsen, 1973, p. 440).

Como alternativa, encontra-se, na Inglaterra, uma forma de compensar os operários por interesse direto nas indústrias. Esse sistema é falho porque remunera o trabalhador não pela porção dos serviços executados e o tempo empregado em sua produção, mas por uma soma dependente de habilidade administrativa do patrão. A melhor solução vem dos industriais americanos, que procuram, com sistemas baseados em pesquisas científicas, recompensar cada homem por seu próprio esforço em proporção à sua grandeza e ao tempo empregado para exercê-la. Esses métodos procuram dar ao salário características de acordo com as exigências da natureza humana e as leis econômicas da produção, estabelecendo um suplemento de ganho ao operário por sua maior eficiência, fácil de determinar, de controlar e de pronto recebimento. Além disso, esse sistema permite benefício para o patrão e concorre para a contínua diminuição no custo de produção:

Tais são os sistemas de prêmio ou de bônus, tendo como base os sistemas do jornal ou da tarefa, onde se determina cientificamente o tempo-padrão eficiente ou a tarefa-padrão eficiente, premiando-se inteligentemente os que ultrapassam esses padrões e sempre proporcionalmente ao excedido. Obedecem a esses preceitos os processos de Taylor, de Gantz, de Towne-Halsey, de Emerson e de outros profissionais da eficiência (Simonsen, 1973, p. 441).

Quando os princípios científicos da remuneração de tarefas dominarem, prevalecerão os ensinamentos da economia política, e todos serão individualizados, conquistando a sua independência econômica, como já hoje podem conquistar sua independência política. Fica claro que o autor vê independência política ao final do Estado Novo, ainda que a sombra da Guerra Fria reduzisse a possibilidade de movimentos coletivos e políticos. Referindo-se ao problema social no Brasil, Simonsen o remete ainda para a esfera do trabalho. Assim, admira a criação do SESI – Serviço Social da Indústria, que ajudou a fundar. O SESI foi concebido para que os problemas sociais, reduzidos aos dos trabalhadores industriais, evitassem as

violências da revolução e a “ação mistificadora de mitos estranhos à nossa sensibilidade e formação histórica”:

Obra que honrará o patronato brasileiro e que vai revelar na sua imediata execução que não haverá, entre nós, clima propício à penetração insidiosa da luta de classes, pois operários e patrões, através do Serviço Social da Indústria, estarão empenhados em um esforço comum, na consecução de um novo regime de vida com mais ampla e equitativa distribuição de riquezas e com a dignificação proletária (Simonsen, 1973, p. 443).

O autor revela-se, aí, combatente anticomunista, provavelmente porque em 1935 ocorrera a revolta comunista e porque o Partido Comunista do Brasil possuía historicamente uma ampla audiência entre os trabalhadores nos grandes centros. A solução de Simonsen é a intensificação do trabalho, a individualização do trabalhador, a cooperação entre patrões e empregados (vigiada pelo Estado) e a repartição, entre estes últimos, da eficiência cientificamente buscada do operário.

Simonsen preocupa-se com o baixo padrão de vida médio no Brasil e com agitações sociais favorecidas pela inflação, pelo fraco índice educacional e pela carência de fatores básicos de produção. Os homens de alta responsabilidade, por sua vez, se desviam de uma reconstrução sadia do País, deixando-se levar pelas considerações meramente pessoais sem perceber a infiltração de ideias extremistas na massa trabalhadora, sem respaldo nas tradições e nos postulados da fé cristã. O autor, nesse ponto, faz o elogio da doutrina social católica.

As organizações industriais, por isso mesmo, precisariam se mobilizar para, em coordenação com o poder público, agir no sentido de uma verdadeira reconstrução da sociedade com bases sadias, justas e convenientes aos interesses comuns do povo. O autor continua falando pelo povo na Conferência de Teresópolis:

A primazia de todas as questões que se referem ao aumento da renda nacional, aos postulados de uma política econômica internacional apropriada a países de estruturação econômica como a nossa, ao aumento imediato do salário real e à esfera e limites do intervencionismo do Estado constitui, por certo, a palavra de ordem na delegação industrial paulista. No regime de inflação em que nos debatemos, a estabilização e melhoria do salário real devem dominar os nossos espíritos, a fim de que não se desorganize o trabalho nacional. Os empregadores têm de considerar os problemas da habitação, da alimentação e da assistência aos seus empregados, como parte integrante da política geral de suas próprias empresas. Colocados esses elementos básicos da vida do homem ao abrigo dos reflexos perniciosos da inflação, teremos melhorado o salário real dos nossos trabalhadores e concorrido, de forma decisiva, para a paz social (Simonsen, 1973, p. 445-446).

O aumento do salário real vem, pois, pela atuação de empresas como parte de seu papel social, pelo combate à inflação, além, como vimos, da gerência

científica do trabalho. Por outro lado, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) entra em contato com altos dignitários da Igreja, com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Euvaldo Lodi, e com o presidente Dutra, criando o SESI. Este permitiu iniciativas como os armazéns abastecedores da população operária, bem como uma ação abrangendo os setores de alimentação, habitação, higiene, educação moral e cívica, pesquisas sociais e econômicas e coordenação geral dos serviços. Cabe, portanto, ao SESI, a partir de articulação com as principais autoridades políticas e religiosas, promover assistência ao trabalhador e educá-lo moral e civicamente.

Mais do que isso, o SESI buscou a cooperação e realizou atividades com a Escola de Serviço Social, o Instituto de Direito Social, o Instituto de Serviço Social, a Juventude Operária Católica, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, que fundara em 1933 e para a qual escrevera *História Econômica do Brasil*, para a organização de cursos que preparassem quadros para o SESI, assistentes sociais, orientadores sindicais e funcionários de várias categorias. A ideia era repetir com proveito a experiência do SENAI – Serviço Nacional da Indústria.

O primeiro trabalho do Conselho Consultivo do SESI foi a elaboração dos postulados definidores da civilização democrática que cumpre professar e defender. Os setores de atividade do SESI beneficiariam, em São Paulo, mais de 600 mil empregados de várias categorias, e sua ação seria sentida por mais de um terço da população do estado. No mesmo sentido, o SESI complementaria o Estado e o SENAI na formação cívica do homem trabalhador, interagindo em seu grupo profissional e social. Seria, mesmo, um órgão de concórdia pela mútua cooperação e pelos laços afins de contato, acima de distinções funcionais que a sociedade impõe para a sua sobrevivência e o seu progresso. Não poderia ser mais normativo o pensamento social proposto para os industriais paulistas e seus trabalhadores:

As relações entre empregados e empregadores devem abranger tanto os fatores de ordem social como os de ordem moral, de forma que, onde houver um empreendimento a executar, haja também um perfeito espírito de equipe, o único capaz de proporcionar a abundância de produção e a harmonia necessária para que o maior número possa desfrutar de maior bem-estar (Simonsen, 1973, p. 451).

Simonsen, como se sabe, foi a favor da cassação do PCB, ponderando, entretanto:

Não é admissível que possa haver exploração do homem pelo homem. Justiça e liberdade são conceitos que irmanam e completam. A possibilidade de coação econômica tende a desaparecer em função das afirmações da justiça social que se inspira, numa perfeita conciliação de meios e fins, nos superiores princípios da moral cristã (Simonsen, 1973, p. 458).

Contra o comunismo, portanto, a exortação moral, os princípios cristãos entendidos nos marcos da doutrina social da Igreja, a função social da propriedade, a empresa esclarecida colaboradora do Estado contra a mistificação socialista. Simonsen foi também um homem de seu tempo ao ver a superação da pobreza dos brasileiros ligada à expansão agrícola e industrial e, desse modo, reduziu a questão social à “questão operária”. Os pontos principais desta se encaminham com a legislação trabalhista de Vargas, a introdução do taylorismo nas fábricas e as ações do SESI em diversos campos de atuação complementares à do Estado.

Contudo, a legislação varguista se limita ao trabalhador urbano, possuidor de uma carteira de trabalho, que era o suporte para sua cidadania, o que é problemático em um país no qual as massas sem carteira de trabalho são enormes, tanto nas cidades como nas zonas rurais. Simonsen, como Vargas, deixa intocado o poder das oligarquias rurais e os direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais. A própria legislação varguista combina-se com o populismo e o clientelismo, e deixa um instrumento fundamental para a distribuição de renda, o valor do salário mínimo, não corrigido por largos períodos. As ações do SESI, por sua vez, combinam-se com um paternalismo patronal e uma desejada solidariedade entre capitalistas e trabalhadores; são pálidas iniciativas num Brasil repleto de favelas urbanas e más condições de vida rural. Por fim, o taylorismo só vem intensificar um processo de trabalho já historicamente intenso no Brasil.

Finalmente, acredita-se que este pequeno ensaio tenha realçado a importância seminal de Simonsen para o período populista e além dele, bem como sobre o pensamento industrialista brasileiro. Em muitos sentidos, autores de grande relevância, como Celso Furtado, trabalhando sob óticas um pouco diferenciadas, honraram e aprofundaram a herança de Simonsen, e constituem hoje uma referência para todos os republicanos e democratas do Brasil posterior, o que inclui grande parte dos pensadores e atores políticos atuais.

### **Referências bibliográficas**

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

FREITAS JÚNIOR, Moacir de. *Um Plano Marshall para a América Latina: a contribuição de Roberto Simonsen para a tese do subdesenvolvimento latinoamericano*. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA - ALAS 2013, 29, GT 17: Pensamento Latinoamericano.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 13. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

FURTADO, Celso. *Obra autobiográfica*, 3v. Conteúdo: v.1: Contos da vida expedicionária, A fantasia organizada; v. 2: Aventuras de um economista brasileiro, A fantasia desfeita; v. 3: Entre inconformismo e reformismo, Os ares do mundo. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. *A matriz teórica de Caio Prado Júnior: a nação inconclusa*. 1994. 120f. Tese (Doutorado)–Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP.

LIMA, Heitor Ferreira. *3 industrialistas brasileiros, Mauá-Rui Barbosa-Roberto Simonsen*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. *A revolução brasileira*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. *Formação do Brasil contemporâneo*. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, s. d.

SIMONSEN, Roberto C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. Edgar Carone (Org.). São Paulo: Comp. Ed. Nacional: Ed. Univ. de S. Paulo, 1973.

\_\_\_\_\_. Participação no Primeiro Congresso Brasileiro de Economia. 1943. In: CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

\_\_\_\_\_. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudín, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Carlos von Doellinger (Introd.). Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1977.

\_\_\_\_\_. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. Curso professado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo por Roberto C. Simonsen, 8 ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1978 (Brasiliana, v. 10).

SILVA, Gerson Augusto da. *A reforma aduaneira no Brasil*. Disponível em: <http://www.comexdata.com.br/>. Acesso em: 20 fev. 2014.

TANNURI, Luís Antônio. *O encilhamento*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Fundação de Desenvolvimento da Unicamp, 1981.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/roberto\\_simonsen](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/roberto_simonsen). Acesso em: 20 fev. 2014.